

**ATA DA 216ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel
2 Rua Esteves Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3

4 **DATA:** 01/06/2016

5

6 **HORÁRIO:** 14:00 horas

7

8 **PRESENTES**

9 **CONSELHEIROS TITULARES**

- 10 Aline Gunsett (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)
11 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)
12 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)
13 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)
14 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)
15 Daniele Soares Almeida (Trabalhadores Rurais)
16 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)
17 Francieli dos Santos (FEHOESC)
18 Francine Iagher (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústria e Agricultura)
19 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)
20 Juliana Franco (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
21 Leandro Adriano de Barros (SES)
22 Maria da Graça Barcelos Castilho
23 Mário José Bastos Júnior (SES)
24 Nayana Setubal Bittencourt (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)
25 Nicolau de Almeida Neto (Trabalhadores Urbanos)
26 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)
27 Rui Martins Iwersen (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
28 Sérgio Murilo Rabelo (Trabalhadores Urbanos)
29 Sônia Teresinha Bodanese (COSEMS)
30 Xênio Marques Kremer (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

31

32 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

33 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)

34

35 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

- 36 Deyse Maria Rossignolo Rodrigues (MS)
37 Braz Vieira (FEHOESC)
38 Karina Cardoso Gulbis Zimmermann (Associações Profissionais Área da Saúde)
39 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
40 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

41

42 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

43 A 216ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,
44 sob a coordenação do Presidente, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, com a presença dos
45 Conselheiros acima nominados.

46 Antes de dar início à discussão dos itens de pauta, o Presidente Jorge dos Passos
47 Corrêa Cobra solicitou que somente ocupassem lugar a mesa conselheiros titulares e suplentes
48 na condição de titulares.

49 O Conselho deliberou que sejam feitas duas listas de presença, uma no início e outro
50 no final da reunião e que o quadro de presença dos conselheiros seja afixado no mural da sala
51 de reuniões.

52

53 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

54 Ofício N° 221/2016/CMS/Joinville, o qual solicita o posicionamento do CES/SC referente à
55 Suspensão das Cirurgias Eletivas em SC;

56 Ofício N° 0325/2016/MS/SEAUD/SC, o qual comunica cópia do Relatório Final da Auditoria
57 n° 15323;

58 Ofício N° 0368/2016/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da
59 Auditoria n° 15695;

60 Ofício N° 0396/2016/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório de Cooperação
61 Técnica n° 1515;

62 Ofício N° 23/2016/SUG/SES/SC, o qual convida os Conselheiros do CES a participarem da
63 reunião no dia 17/6/16, na sala de reuniões do CES, a respeito das Diretrizes, Objetivos,
64 Metas e Indicadores 2013-2015;

65 C.I.N° 359/2016/GEAUD, a qual encaminha o Relatório de Auditoria do mês de abril de 2016;

66 Ofício N° 22/2016/SUG/SES/SC, o qual encaminha a cópia do Relatório Detalhado do
67 Quadrimestre Anterior – RDQA – 1° Quadrimestre de 2016.

68

69 **APROVAÇÃO DA ATA**

70 As Atas das sessões de abril e maio foram aprovadas.

71 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra colocou em apreciação a solicitação de
72 antecipação do item 4 da pauta, feita pelo Conselheiro Mário José Bastos Júnior.

73 O Conselheiro André Mendes Arent falou que se a reunião tem hora para começar e
74 terminar não haveria necessidade de antecipação de item de pauta, já que todos deveriam ficar
75 até o final da reunião.

76 A Conselheira Maria da Graça Barcelos Castilhos disse a ordem dos itens de pauta
77 deve ser cumprida.

78 O Conselheiro Leandro Adriano de Barros solicitou, a pedido do Consultor Jurídico
79 da SES, a antecipação do item 3 da pauta, a respeito ao Regimento do CES, já que o
80 Consultor não é Conselheiro e não teria obrigação de ficar até o final da reunião.

81 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra colocou em votação a proposta de
82 antecipação do item 3 e 4 da pauta.

83 Por 12 votos a 7 e 3 abstenções, o Conselho aprovou a antecipação dos itens.

84

85 **ITEM 1 – CONTRATO DE GESTÃO: HOSPITAL JESER AMARANT; HOSPITAL** 86 **FLORIANÓPOLIS; HEMOSC/CEPON E HOSPITAL DE ARARANGUÁ**

87 O Gerente de Supervisão das Organizações Sociais, Mário José Bastos Júnior agradeceu a
88 antecipação do item e fez a apresentação a respeito dos Contratos de Gestão dos Hospitais.

89 O Conselheiro André Mendes Arent falou que o atraso no repasse, por 6 meses, pelo
90 Estado, nos contratos com as Organizações Sociais é calote e que gera impacto nos serviços
91 prestados.

92 O Conselheiro Nicolau de Almeida Neto disse que se existem 18 Organizações
93 Sociais, que querem administrar os Hospitais é porque não deve ser tão ruim. Falou que se a
94 população elogia os serviços não significa que o problema está resolvido e que quem assina
95 contrato com o Estado já deve estar ciente dessas dificuldades.

96 Segundo a Conselheira Maria da Graça Barcelos Castilho, antes do Governo assinar
97 um contrato, este deve passar pela Assessoria Jurídica e pela Procuradoria do Estado, que
98 devem estar atentos às penalidades. Sugeriu que o CES peça para revisar estes contratos e que
99 seja feita uma auditoria.

100 A Conselheira Juliana Franco perguntou se com corte de 25% na Saúde, haverá
101 alterações nos contratos das Organizações Sociais, em relação às metas e atendimentos. Falou

102 que quando os repasses estão atrasados, atrasa também o pagamento de salários aos
103 trabalhadores. Disse que o CES tem um parecer contrário às organizações sociais, todavia elas
104 ainda aparecem nas Prestações de Contas encaminhadas ao Conselho.

105 A Conselheira Cleia Clemente Aparecida Giosole disse que o Município de Joinville
106 está muito preocupado com o atraso nos repasses ao Hospital Jesser Amarante. Mostrou-se
107 preocupada com a manutenção das consultas de especialidades e cirurgias eletivas, devido aos
108 cortes de recursos. Ressaltou que o CES deveria se preocupar com a limitação de acesso ao
109 atendimento dos usuários.

110 O Presidente Jorge dos Passos Correa Cobra pediu o endereço para consultar os
111 contratos com as organizações sociais e perguntou onde são realizadas as reuniões das CAFs.
112 Falou que as reuniões das CAFs estão sem representação de Conselheiros, salvo CEPON e
113 HEMOSC.

114 A Conselheira Juliana Franco falou que o Secretário Estadual de Saúde afirmou que
115 haverá corte nas cirurgias eletivas. Propôs, e o Conselho concordou, que quando houver
116 novos ajustes nos contratos com as organizações sociais, seja feita uma nova apresentação aos
117 Conselheiros. Solicitou que deixe combinada uma data para esta apresentação. Destacou que,
118 se for para mexer nos contratos para realizarem novos cortes, que seja antes discutido no CES
119 e não somente encaminhado uma cópia com as novas informações.

120 O Gerente de Supervisão das Organizações Sociais, Mário José Bastos Júnior se
121 comprometeu em analisar todos os encaminhamentos dos conselheiros e dar uma resposta o
122 mais breve possível.

123

124 **ITEM II – HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CES (Participação da** 125 **Consultoria Jurídica da SES)**

126 O Consulto Jurídico da SES, Daniel Cardoso, explicou o trâmite de homologação do
127 Regimento Interno do CES.

128 O Conselheiro Bernard Van de Meene falou que o Regimento Interno do CES foi
129 elaborado por uma comissão mista e paritária, da qual deveriam ter participado membros da
130 gestão manifestações. Informou que após aprovado pelo pleno, o Regimento foi encaminhado
131 à Casa Civil para homologação. Segundo o Conselheiro, qualquer intervenção feita agora,
132 seria uma intervenção da Gestão no Controle Social. Disse, também, que concorda que há
133 defeitos no regimento, mas que se deve respeitar os trâmites legais de alteração.

134 O Consultor Jurídico disse que sua manifestação não é de cunho discricionário e nem
135 manifestação da gestão. Falou que o parecer técnico jurídico é uma imposição do Decreto que
136 disciplina o processo Legislativo em Santa Catarina. Falou que sua opinião em relação ao
137 Regimento é que existem irregularidades formais, mas nada impede o CES de convencer o
138 Secretário Estadual de Saúde de enviar à Casa Civil com o texto original e contrário ao
139 Parecer do Consultor. Porém alertou que chegando à Casa Civil, irão fazer as mesmas
140 ponderações feitas pela Consultoria da SES.

141 O Presidente sugeriu, e Conselho concordou, que o Regimento com as alterações
142 sugeridas pela COJUR seja encaminhado à Comissão Permanente pelo Cumprimento dos
143 Princípios Éticos e Legislação para elaboração de um parecer e posterior apresentação ao
144 Pleno na próxima reunião para deliberação.

145

146 **ITEM III – VOTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO**

147 O Presidente Jorge dos Passos Correa Cobra colocou em votação o Relatório Anual de
148 Gestão - RAG, haja vista que na reunião passada ficou decidido que as dúvidas em relação ao
149 Relatório Anual de Gestão fossem encaminhadas à Secretaria Executiva para esclarecimentos
150 das áreas técnicas da SES.

151 O Conselheiro Rui Martins Iwersen pediu alguns esclarecimentos. Falou que o termo
152 correto é morbidade e não mortalidade, disse que a expressão Posto de Saúde não se utiliza
153 mais e sim Centro de Saúde ou Unidade Básica de Saúde. Expôs sua preocupação em relação
154 às metas não alcançadas no RAG, e perguntou o que CES fará em relação a isso.

155 A Técnica Helen Bunn respondeu que a questão dos termos estarem ainda assim se
156 deve ao Sistema de Abrangência Nacional, pois alguns Estados ainda os utilizam. Falou que
157 vai levar esses questionamentos ao DATASUS, que vem se aprimorando cada vez mais. Em
158 relação às metas, explicou que o Relatório tem o papel de relatar e ele mostra o quanto ainda
159 há que se avançar. Informou que no documento enviado aos Conselheiros, com as respostas à
160 conselheira Helga, têm justificativas do motivo do não alcance das metas. Segundo a técnica
161 houve erro no pensar as metas. Informou que as áreas técnicas estão discutindo mais as metas
162 melhorando o fluxo.

163 O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Faria, Superintendente de Vigilância em Saúde da
164 SES, disse que é uma falha do indicador que foi selecionado pelo Ministério da Saúde, que
165 determina que seja preciso ter um número de unidades notificando.

166 O Presidente Jorge dos Passos Correa Cobra colocou em votação o Relatório Anual de
167 Saúde – SES/2015

168 Com 10 votos favoráveis, 2 votos contrários e 7 abstenções, o Relatório Anual de
169 Saúde – SES/2015 foi aprovado.

170

171 **ITEM IV - MINUTA DE RESOLUÇÃO – REPASSE DE RECURSOS DO ESTADO**
172 **PARA CONVÊNIOS VIA FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Proposição do**
173 **Conselheiro Bernard Van de Meene)**

174 O Presidente Jorge dos Passos Correa Cobra falou que este item ficou prejudicado,
175 pois a reunião da Comissão Permanente pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação
176 não aconteceu e conseqüentemente não trouxe o parecer para apresentar ao Conselho.

177 O Conselho deliberou que a referida Comissão se reunirá para elaborar um parecer a
178 respeito do assunto e apresentar na próxima reunião.

179

180 **ITEM V - DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

181 O Presidente relatou o Regimento do CES e a Minuta de Resolução do Conselheiro
182 Bernard Van Menne já estão pautados para a próxima sessão.

183 A Conselheira Cleia Clemente Aparecida Giosole sugeriu o item proposto pelo
184 Conselheiro André Mendes Arent na reunião de abril, o Ordenamento Jurídico do CES.

185 O Conselheiro André Mendes Arent sugeriu que se convide o Consultor Jurídico da
186 CES para o item Ordenamento Jurídico do CES.

187 O Conselheiro Nicolau de Almeida Neto pediu como item de pauta a Capacitação de
188 Conselheiros e a Prestação de Contas do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador –
189 CEREST.

190 A Conselheira Juliana Franco perguntou quem apresentará o item Capacitação de
191 Conselheiros.

192 A Conselheira Cléia Clemente Aparecida Giosole respondeu que será a Comissão de
193 Educação, Ciência e Tecnologia.

194 A Conselheira Juliana Franco sugeriu que a apresentação deste tema seja bem objetiva
195 e conclusiva, inclusive com o cronograma de datas, temas e carga horária.

196 A Conselheira Cléia Clemente Aparecida Giosole, reforçando seu pedido de item de
197 pauta, falou que entender a lei para dar encaminhamento é motivo de urgência.

198 O Conselheiro Bernard Van de Meene falou que não há urgência no item Prestação de
199 Contas do 1º Quadrimestre de 2016, haja vista que a Prestação já passou na ALESC.

200 A Conselheira Juliana Franco pediu esclarecimento em relação ao item Ordenamento
201 Jurídico do CES.

202 O Conselheiro André Mendes Arent explicou o que vem acontecendo é que se aprova
203 na CIB e somente depois é trazido ao CES para dar ciência. E que as Resoluções
204 homologadas pelo pleno não são cumpridas pelo Executivo, então, para saber até onde vai a
205 competência do Conselho, é importante esse esclarecimento pelas entidades fiscalizadoras.

206 Após as discussões e encaminhamentos, o Pleno aprovou com pauta pra julho os
207 seguintes itens: Regimento do CES; Minuta de Resolução do Conselheiro Bernard Van
208 Menne; Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2016; Capacitação de Conselheiros.

209 Para agosto a pauta será a seguinte: Prestação de Contas do CEREST; Ordenamento
210 Jurídico.

211

212 **INFORMES**

213 A Conselheira Cléia Clemente Aparecida Giosole fez a leitura do documento do
214 Conselho Municipal de Saúde de Joinville, o qual solicita um posicionamento do CES sobre a
215 suspensão das cirurgias eletivas em Santa Catarina.

216 O Conselheiro Bernard Van Menne falou, em relação à suspensão das cirurgias
217 eletivas, que não faz nenhuma diferença, já que os profissionais de saúde que fazem estas
218 cirurgias não receberam o salário do ano passado. E que não faz sentido fazer mutirão de
219 cirurgias eletivas se não têm recurso para pagar. Disse, também, que a reunião da Comissão
220 Permanente de Acompanhamentos Orçamentário que era para ter acontecido na manhã de
221 hoje não ocorreu devido à falta de quórum, inclusive nem o representante do gestor
222 compareceu. Falou que o CES faz parte da construção do orçamento e é omissos em relação a
223 isso. Acredita que os Conselheiros devam melhorar essa participação no futuro.

224 O Conselheiro André Mendes Arent falou que se deve uma resposta ao documento lido
225 pela Conselheira Cléia Clemente Aparecida Giosole, que a decisão da suspensão das cirurgias
226 eletivas foi uma decisão monocrática, sem consulta do Conselho Estadual de Saúde.

227 O Presidente Jorge dos Passos Correa Cobra falou que será encaminhado aos
228 Conselheiros, o documento lido pela Conselheira Cléia Clemente Aparecida Giosole, do
229 Conselho Municipal de Saúde de Joinville, para manifestação.

230 A Conselheira Juliana Franco falou que desde abril os Servidores Estaduais de Saúde
231 estão em estado de greve. Fez a leitura da Nota de Repúdio do SINDSAÚDE em resposta à
232 suspensão das progressões dos Servidores Estaduais de Santa Catarina.

233 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a
234 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

235

Florianópolis, 01 de junho de 2016.